

**38ª ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ANPED**



FOPROP

***FINANCIAMENTO E AVALIAÇÃO DA PÓS-
GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO***

**Prof. Dr. Joviles Vitorio Trevisol
Presidente do FOPROP**

Pró-Reitor de PPG da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Joviles.trevisol@uffs.edu.br

São Luis (MA), 03 de outubro de 2017.

SEDE DO FOPROP – BRASÍLIA DF



INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS AO FOPROP POR REGIÃO (2016)

REGIÃO	NÚMERO
CENTRO OESTE	16
NORTE	33
NORDESTE	50
SUDESTE	63
SUL	79
TOTAL	241

FONTE: Secretaria Executiva do FOPROP, 2016.

INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS AO FOPROP POR SEGMENTO (2016)

SEGMENTO	NÚMERO
INSTITUTOS	20
PÚBLICAS FEDERAIS	94
PÚBLICAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	35
CONF/COMUNITÁRIAS	45
PARTICULARES	47
TOTAL	241

ATUAÇÃO DO FOPROP NO SNPG E NO SNCTI

Membro do Conselho Técnico-Científico da CAPES

Membro do Conselho Superior da CAPES

Membro da Comissão de Acompanhamento do PNPG

Membro do Conselho Deliberativo do CNPq

Membro do Conselho Consultivo da FINEP

Membro do Conselho de Administração do CGEE

Membro dos Conselhos Superiores das Fundações Estaduais e Amparo à Pesquisa (FAPs)

Membro do Fórum de Assessores Parlamentares de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação (Fórum CTIE)

Membro de diversas Comissões da Capes, especialmente da Diretoria de Programas e Bolsas



ORIGENS E EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

1977	<p>Os programas de PG surgem na região Sudeste em 1960; no Sul, em 1963; no Nordeste, em 1965; no Centro-Oeste em 1969 e, no Norte, em 1970. Em 1977, a CAPES institui o sistema de avaliação da pós-graduação. Foram criadas as comissões de assessores por área e também foi estabelecido o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES). Nesse primeiro momento, o resultado da avaliação realizada não tinha divulgação pública, sendo informado apenas às instituições. A avaliação era expressa em conceitos:</p> <ul style="list-style-type: none">A (muito bom);B (bom);C (regular);D (fraco);E (insuficiente)
1990	<p>Os conceitos foram substituídos por notas de 1 a 5, e passaram a ser incluídos no processo de avaliação alguns indicadores quantitativos, entre os quais a quantidade de artigos publicados pelos programas.</p>

1998

Nesse ano ocorre mudança substancial no processo, com a:

- (I) padronização da ficha de avaliação, que incluía sete quesitos: a proposta do programa, o corpo docente, as atividades de pesquisa, as atividades de formação, o corpo discente, as teses e dissertações e a produção intelectual. Todas as áreas de avaliação deveriam analisar os mesmos quesitos.

- (II) qualificação da produção dos programas e não mais apenas contabilizar o número de artigos publicados. A avaliação da qualidade da produção científica passou a se dar por meio da classificação dos veículos de divulgação da produção científica (periódico indexado e com sistema de *peer review*, circulação, impacto do periódico na comunidade acadêmica etc). Os periódicos foram classificados em três grupos (circulação internacional, nacional ou local) com três estratos (estratos A, B e C, conforme seu impacto ou relevância para um determinado campo Científico).

2007

Nesse ano, após a trienal, a Diretoria de Avaliação propôs ao CTC-ES a reformulação do Qualis. Após intensas discussões, o CTC-ES aprovou a nova classificação contendo sete estratos:

A1

A2

B1

B2

B3

B4

B5

Estrato C, destinado a publicações que não constituem periódicos científicos ou não atendem aos critérios mínimos estabelecidos em cada área para ser classificado.

O Qualis Periódicos cumpre uma função fundamental no processo de avaliação. Além do Qualis, há também o sistema de classificação de Livros, capítulos de livros e eventos.

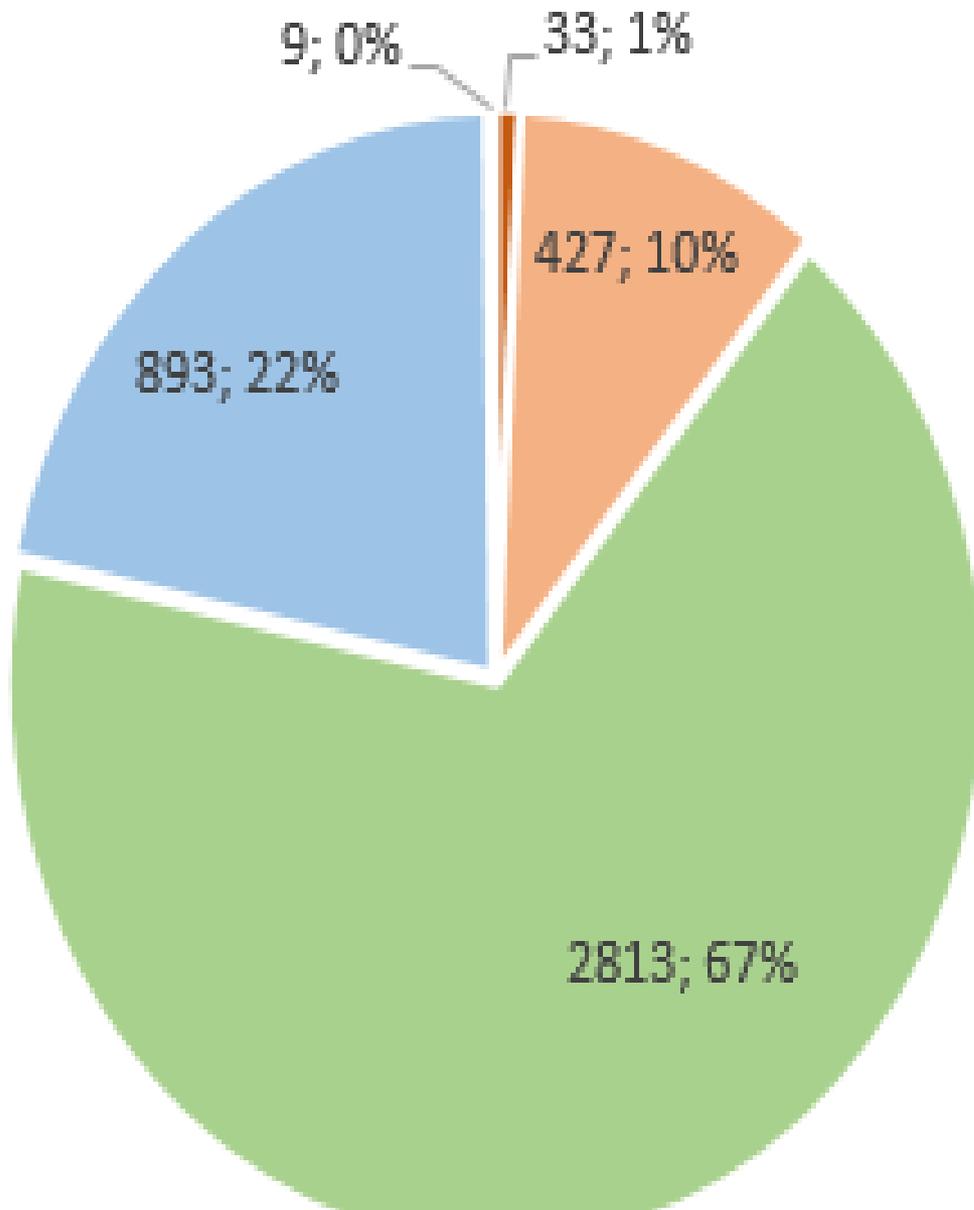


FOPROP

A AVALIAÇÃO ATUAL QUADRIENAL 2013-2016

- 4.359 programas avaliados, de 396 instituições diferentes, sendo:
 - (i) 3.544 de instituições públicas;
 - (ii) 640 de instituições filantrópicas;
 - (iii) 174 de instituições privadas;
 - (iv) 4.129 em instituições de ensino superior;
 - (v) 108 em institutos de pesquisa
 - (vi) 122 em outros tipos de instituição
- 1.550 consultores convocados para atender as 49 áreas de avaliação
- 6 semanas presenciais de avaliação na Capes
- 72.342 docentes atuando nos programas em 2016
- 119 programas (3%) foram descredenciados (notas 1 e 2)
- 465 programas (11%) receberam notas 6 e 7 (excelência)

DISTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS, POR NOTA



Variacão de notas

■ -2

■ -1

■ 0

■ 1

■ 2

Legenda:

diminuiu de nota

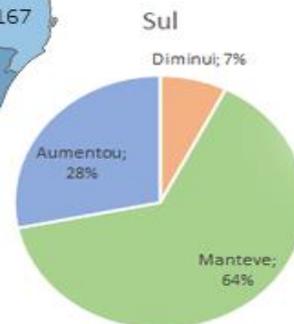
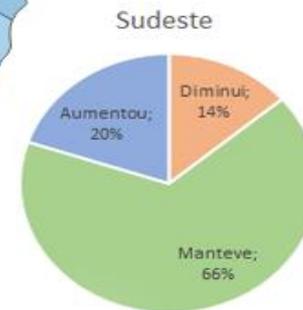
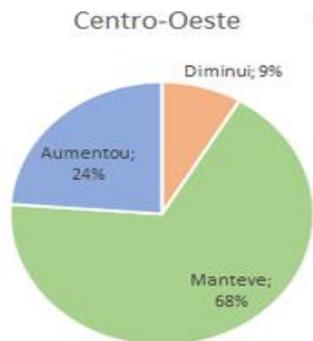
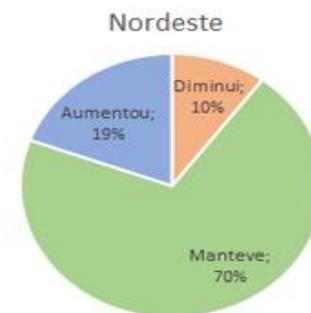
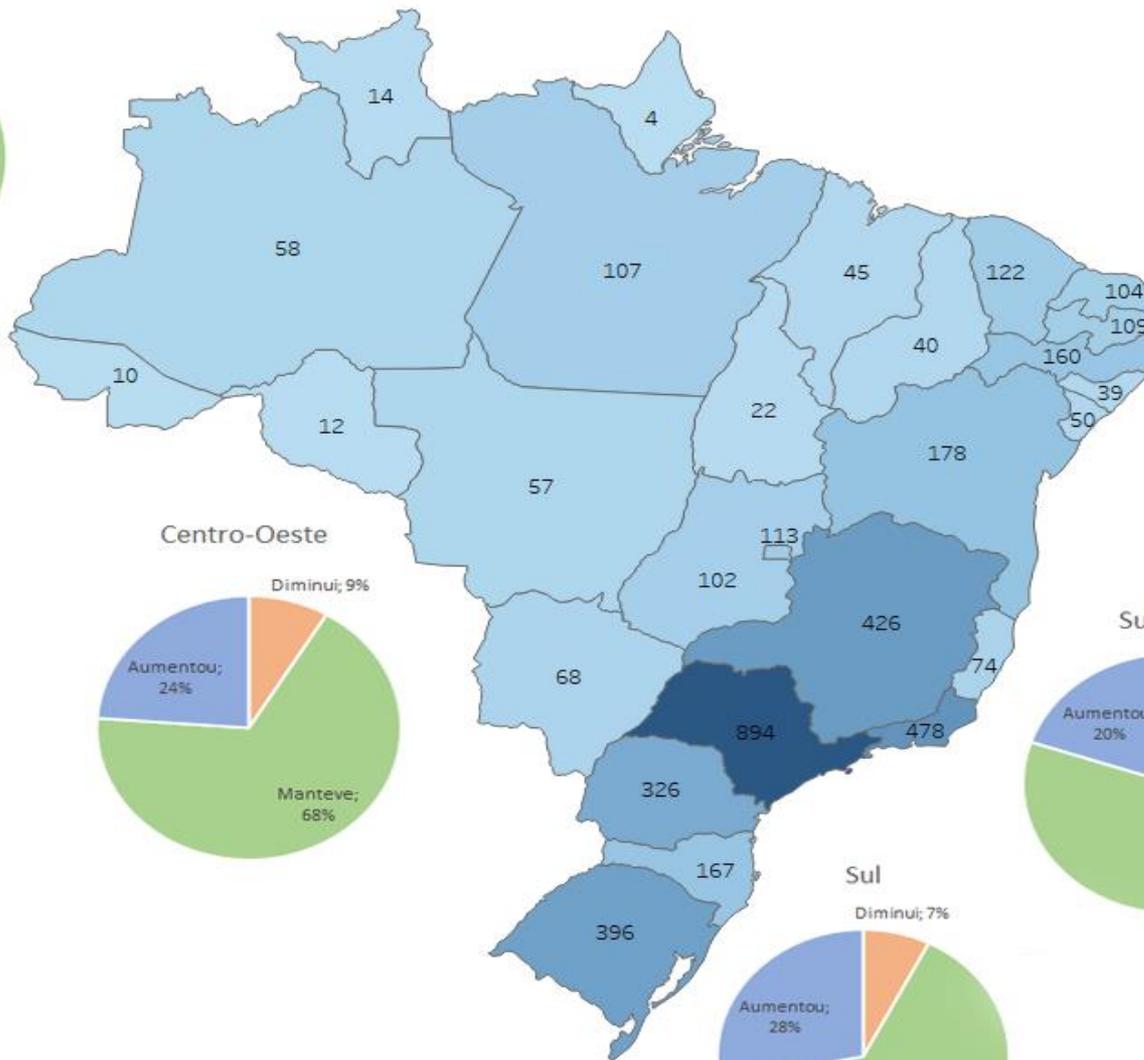
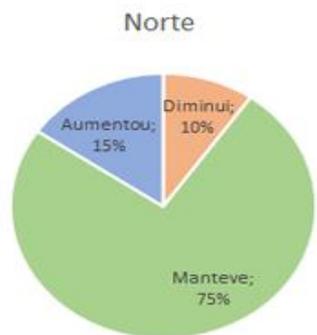
mantteve a nota

subiu de nota

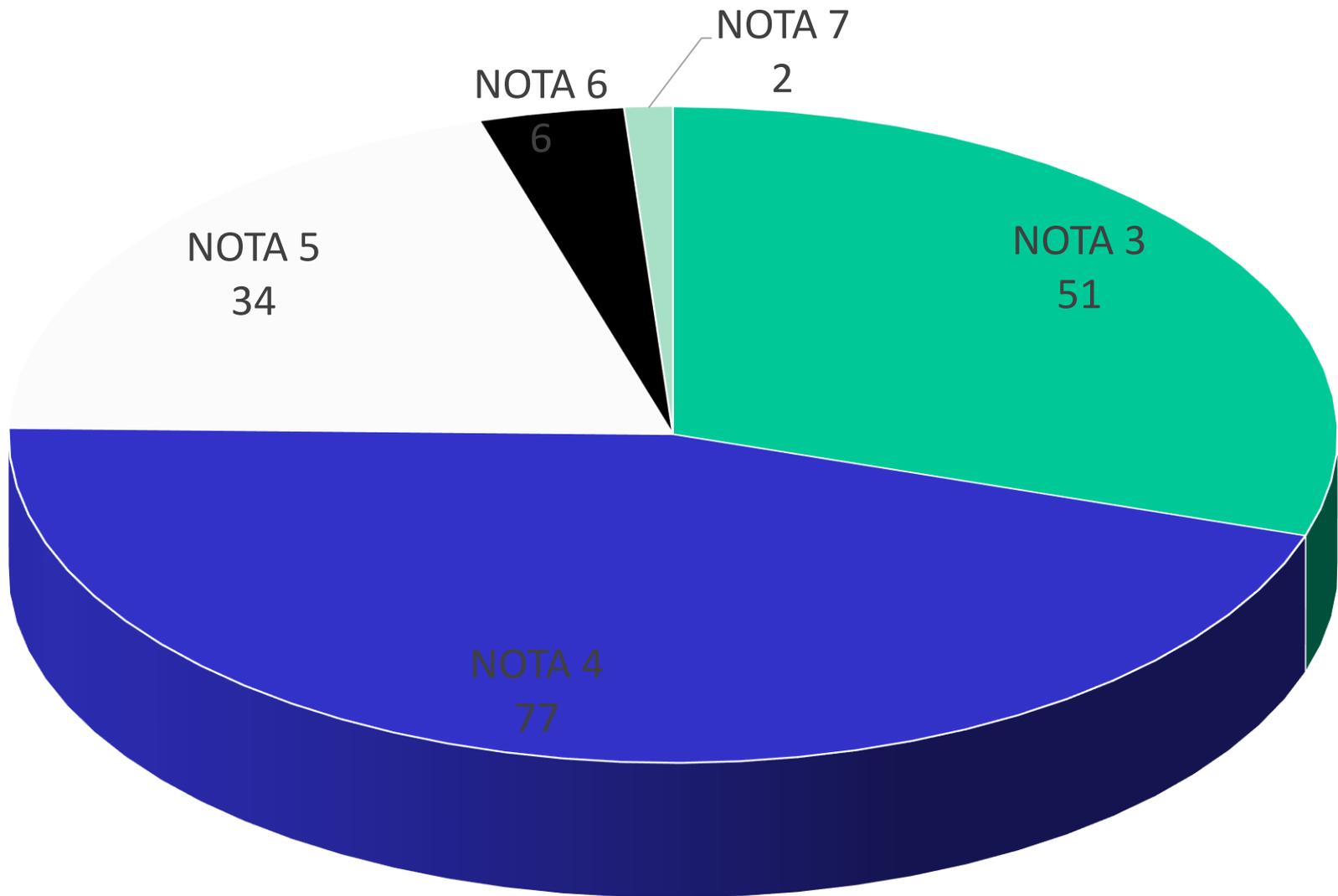
DISTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS, POR NOTA

		Nota atual							
		1	2	3	4	5	6	7	Total
Nota anterior	3	9	102	1231	433	5			1780
	4		8	137	923	288	3		1359
	5			4	115	391	110	1	621
	6				4	52	152	62	270
	7					8	21	116	145
Total		9	110	1372	1475	744	286	179	4175

DISTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS, POR NOTA E POR GRANDE REGIÃO



PROGRAMAS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO, POR NOTA



■ Nota 3

■ Nota 4

■ Nota 5

■ Nota 6

■ Nota 7



LIMITES E DESAFIOS DA AVALIAÇÃO: PAUTAS DO FOPROP

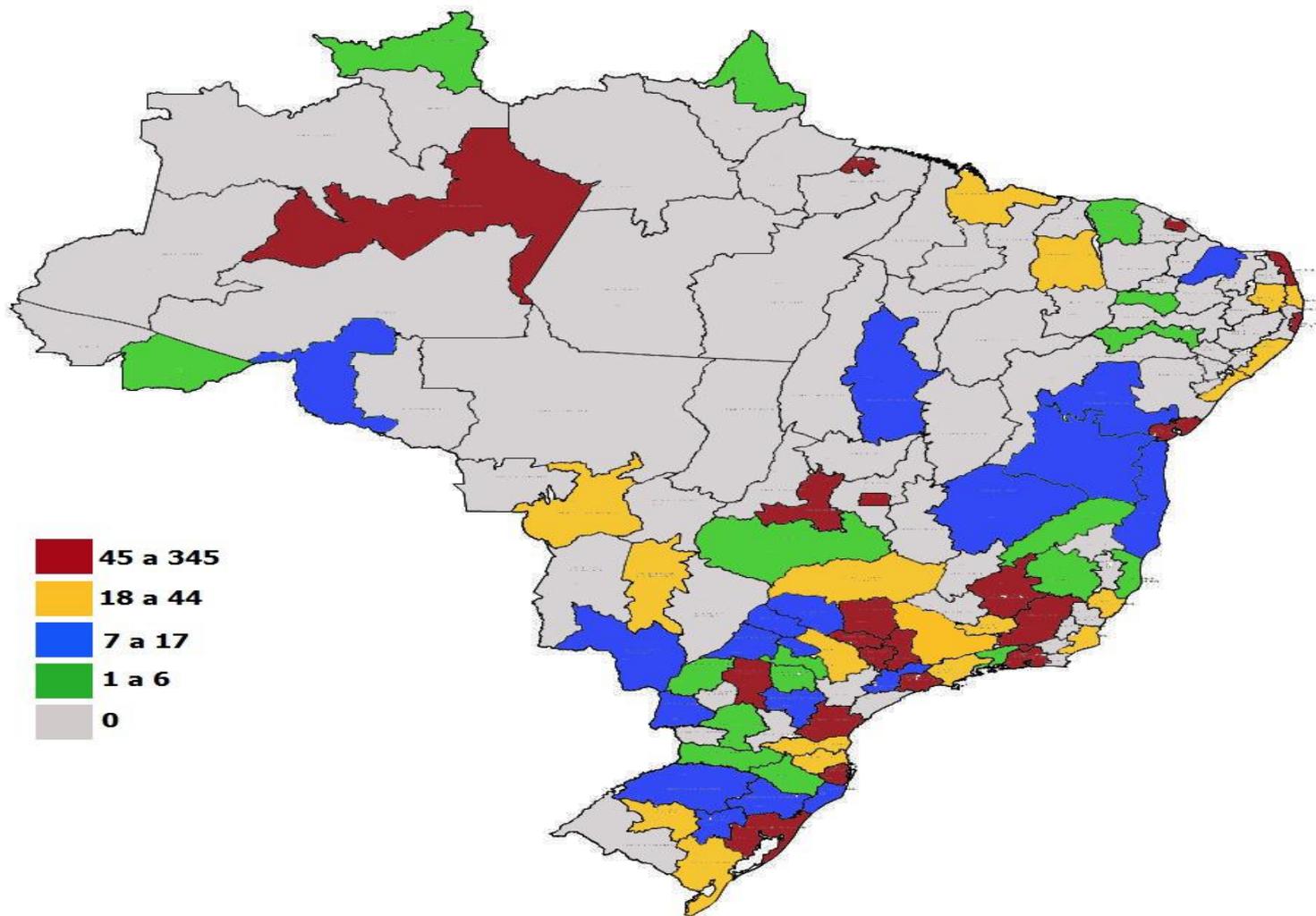
1- Assimetrias e desigualdades regionais

A avaliação feita hoje, com os mesmos critérios e métricas para todos os programas, reproduz as históricas desigualdades entre as regiões e microrregiões do país. As condições para o funcionamento de um programa de Nota 3 em São Paulo são muito distintas das de um sediado no Amapá. A ficha de avaliação considera pouco (quase nada) o quesito regionalidade e a importância do programa para o desenvolvimento da região. A fixação de doutores, sobretudo nos *campi* do interior, é um desafio imenso. A presença e/ou ausência da pós-graduação tem um peso decisivo sobre a decisão dos docentes em permanecer na IES.

DISTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO POR MESORREGIÕES BRASILEIRAS/2009

BRASIL

Mesorregiões

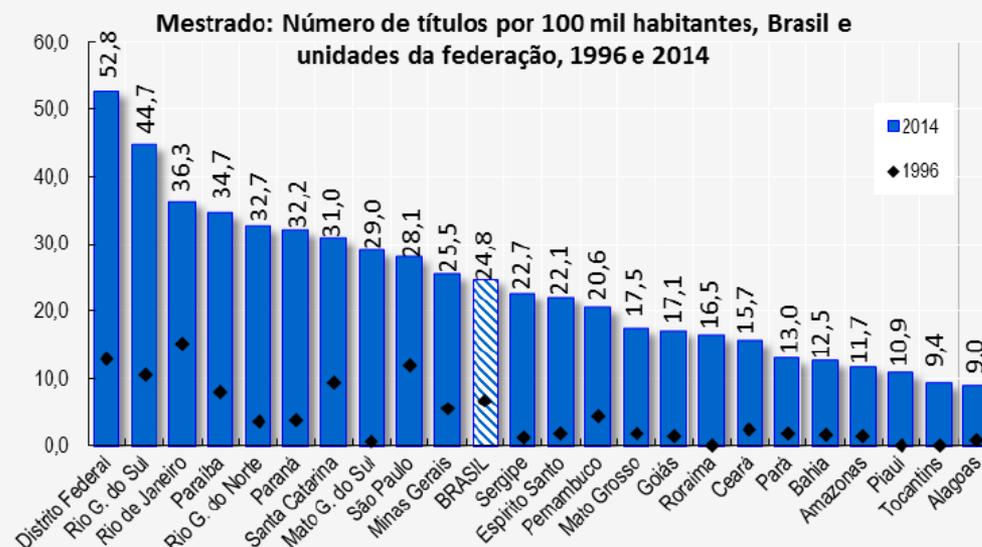
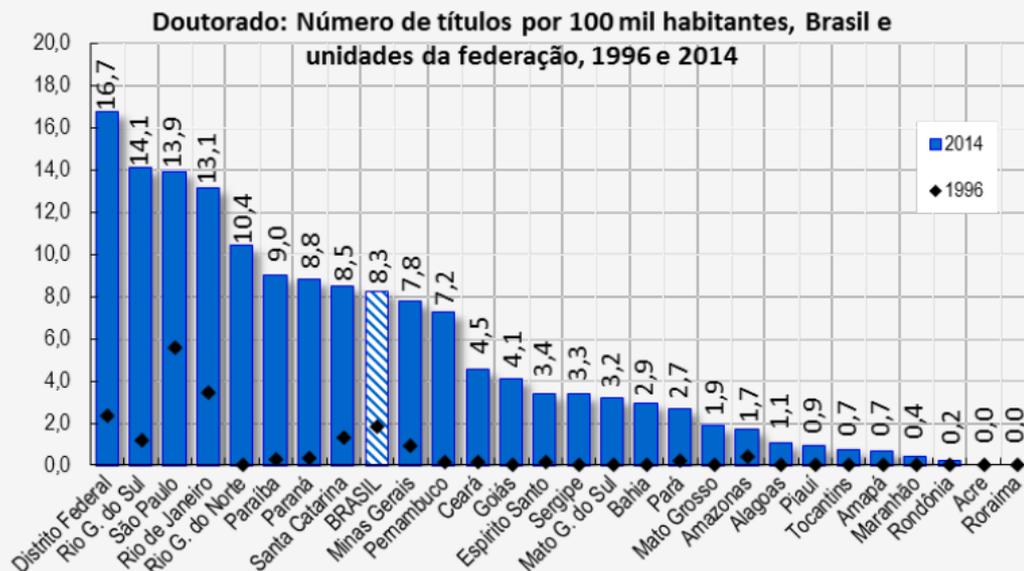
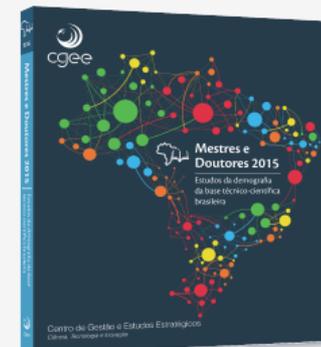




Titulados por UF (Parte I)



Gráfico H.02.02. Proporção do número de títulos de mestrado e doutorado concedidos no Brasil por 100 mil habitantes, por UF, 1996 e 2014



Fonte: Coleta Capes 1996-2012 e Plataforma Sucupira 2013-2014 (Capes, MEC). Elaboração CGEE.

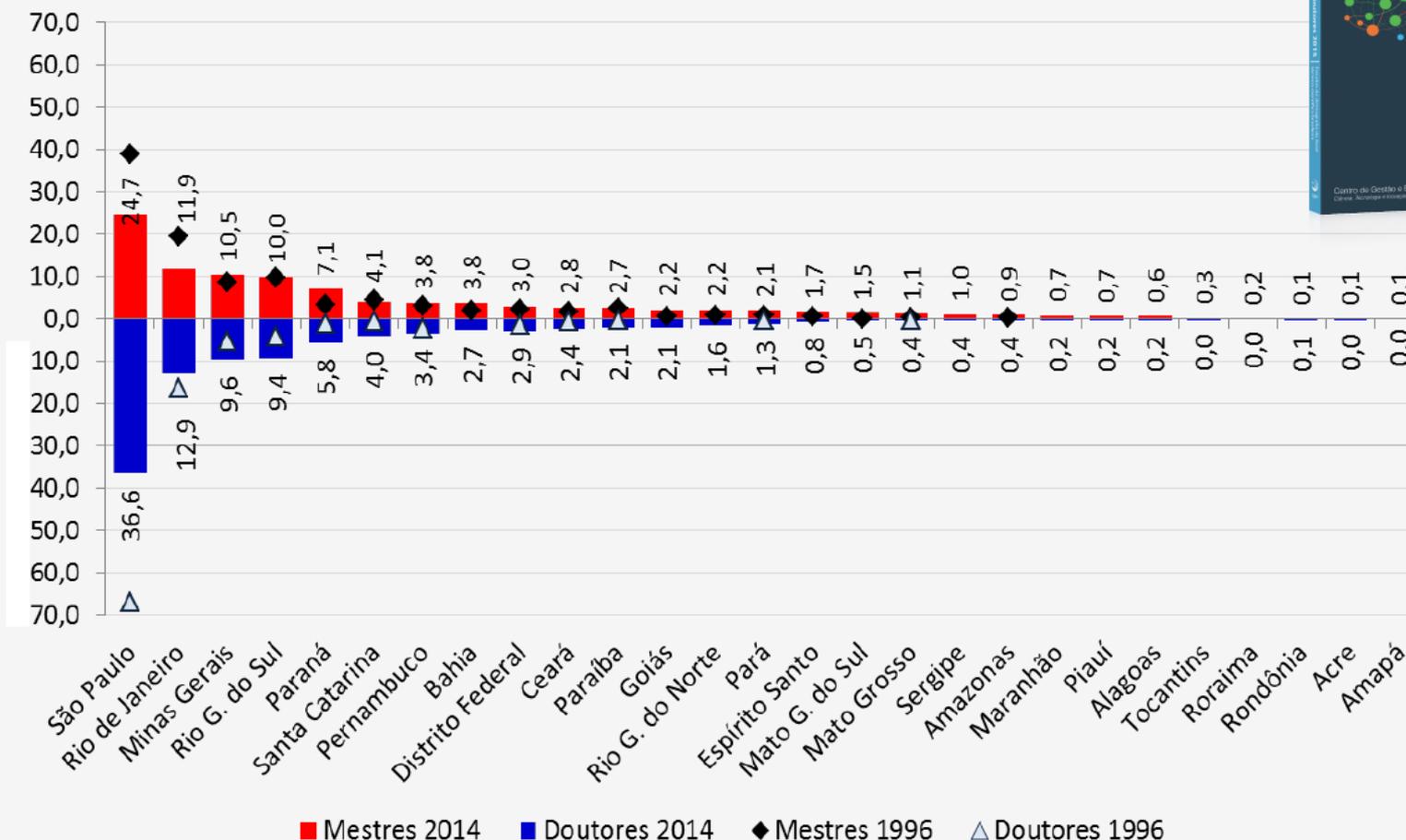
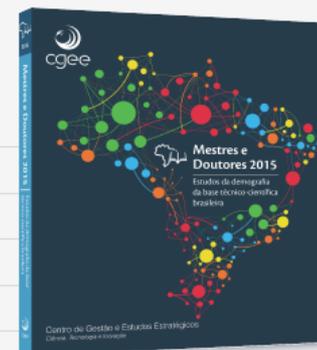
Nota: Os valores que aparecem no gráfico são referentes ao ano de 2014. Foram suprimidos os dados referentes aos títulos de mestres e doutores em 1996 quando a proporção de títulos concedidos na UF era menor que 0,2%.



Titulados por região (Parte I)



Gráfico H.02.01. Proporção do número de títulos de mestrado e doutorado concedidos no Brasil, por UF, 1996 e 2014



Fonte: Coleta Capes 1996-2012 e Plataforma Sucupira 2013-2014 (Capes, MEC). Elaboração CGEE.

Nota: Os valores que aparecem no gráfico são referentes ao ano de 2014. Foram suprimidos os dados referentes aos títulos de mestres e doutores em 1996 quando a proporção de títulos concedidos na UF era menor que 0,2%.

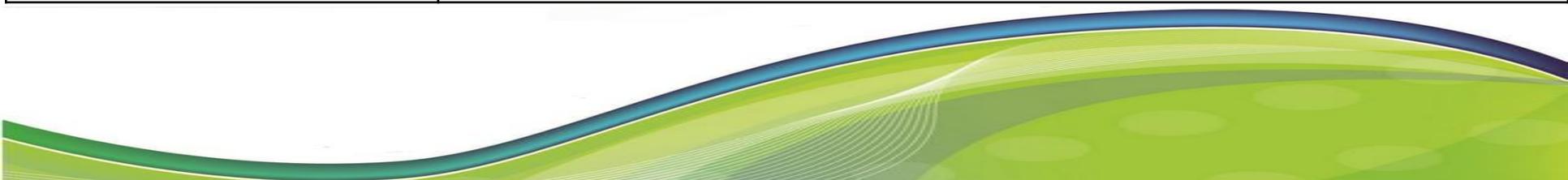
2- Impactos (papel) da pós-graduação no desenvolvimento do país e das regiões	A produção docente e discente tem grande peso na atual avaliação. A PG atende e deve responder a mais de um propósito. Não apenas à produção científica e técnica. Essa é uma das dimensões. É necessário reconhecer mais os impactos positivos da presença da pós-graduação na formação e no desenvolvimento das regiões. Há “conteúdo real” que os números não traduzem. A relevância social é uma dimensão pouco contemplada na avaliação.
3- Equilíbrio entre as dimensões “quantitativas” e “qualitativas” da avaliação	A “palavra de ordem” hoje na avaliação é métrica. Prevalece uma concepção quantitativista de avaliação. O peso na quantidade estimula os programas a uma prática “produtivista” exagerada que, na maior parte das vezes, resulta em produção de baixa qualidade e impacto. O “produtivismo”, quando transformado em cultura acadêmica no interior dos programas, tende a negligenciar a fundamental importância da formação do pós-graduando.

4- Fortalecimento da dimensão formativa da pós-graduação. Focar a qualidade da formação.	<p>O “produtivismo” tem levado a grande maioria dos programas a secundarizar a formação em detrimento da publicação. Os estudantes são pressionados a publicar sem ter construído um domínio mínimo sobre o campo e objetos de pesquisa em que estão inseridos. Muitos concluem os cursos sem terem aprendido a elaborar um projeto a ser submetido a um edital ou agência. A pós-graduação precisa ensinar a pensar.</p>
5- Expansão planejada a partir de um Plano Institucional de Desenvolvimento da Pós-Graduação	<p>A expansão deve continuar sendo uma política central, mas ela não é mais fundamental para todas as IES e regiões. Está havendo muita proliferação de cursos, com linhas de pesquisa repetidas e com baixa inovação. Muitos programas são cópias uns dos outros. Parte dos docentes, inclusive, acabam transitando nos mesmos programas. Em algumas IES a qualificação deverá envolver a fusão de programas. As instituições precisam (re)assumir o planejamento de sua pós-graduação. Elas precisam ter um Projeto Institucional de Desenvolvimento e Avaliação da Pós-Graduação. Não delegar tudo para a CAPES.</p>

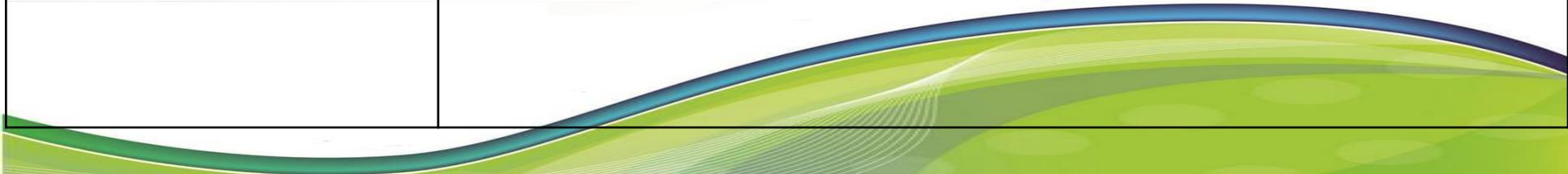
6- Dimensionar melhor os impactos do programa na sociedade via EGRESSOS	Os egressos do programa têm peso reduzido na avaliação. O principal “produto” ou resultado de um programa é a formação de quadros, pessoas, lideranças. É fundamental dimensionar a atuação dos egressos no mundo do trabalho e nos demais espaços onde atuam: produção acadêmica, técnica e tecnológica, inserção profissional, liderança exercida etc.
7- Ampliação dos estratos de avaliação (Notas) e tempos distintos para avaliação dos estratos	A magnitude do sistema e a enorme complexidade demanda ampliar os estratos. Hoje a Nota 3 é a mínima exigida para recomendação (curso não consolidado); Nota 4, diz respeito a curso em consolidação; Nota 5, consolidado e Notas 6 e 7, cursos de excelência. Não há necessidade de avaliar programas 06 e 07 a cada quatro anos.
8- Importância da avaliação de “meio termo” e da auto-avaliação	Investir na avaliação de “meio termo”, pois ela produz importantes resultados (avaliação processual). As instituições e os programas devem ser incentivados e orientados a fazer a auto-avaliação. As avaliações futuras podem ser baseadas na própria auto-avaliação.

9- A avaliação de ingresso (recomendação do programa) não pode ser a mesma de programa em funcionamento	A avaliação para o ingresso no sistema (cursos novos - APCNs) não deveria se dar com base nas exigências de um programa em funcionamento. A avaliação de ingresso deveria ser apenas “recomendado” ou “ não recomendado”. Não há necessidade de atribuir nota no início.
10- Diferenciação da avaliação por estratos e por outros critérios	Não é salutar para o SNPG uma única avaliação para todos os programas e todos os níveis. A avaliação centrada na qualidade “igual para todos” considera de forma insuficiente as assimetrias e as desigualdades históricas entre as regiões e microrregiões do país.
11- Reorganização das áreas de conhecimento do CTC	É necessário um redesenho das áreas. Hoje são 49. Não há necessidade de tantas. É possível fundir sem qualquer prejuízo. Ao invés de ampliar a avaliação pela especificidade, é melhor avaliar por meio de áreas mais homogêneas e abrangentes. A expansão das áreas dificulta e faz emergir culturas avaliativas muito distintas.

12- Desconcentração do poder do CTC - ES	O processo de avaliação é complexo e multidimensional. O CTC, no entanto, exerce enorme poder. Nele habitam e concorrem (disputam) inúmeras áreas de conhecimento e culturas acadêmicas e científicas. As relações de poder no CTC são assimétricas. As chamadas áreas “duras” se sobrepõem às áreas das humanidades e ciências sociais aplicadas. A ficha de avaliação acaba sendo a política de pós-graduação do Brasil. Ela é determinante.
13- Adoção de novos instrumentos e formas de escolha dos Coordenadores de Áreas	O Comitê de Buscas é uma forma que poderá produzir bons resultados. É necessário oxigenar e abrir algumas áreas.



14- Redimensionamento (ampliação) das visitas “in loco” e diligências	As visitas cumprem um papel muito importante na relação entre o programa, a instituição e a Coordenação de Área da Capes. Trata-se de um aprendizado mútuo de grande valor. A Plataforma Sucupira não traduz a dinâmica cotidiana do programa na instituição e na região. As regiões mais distantes raramente são contempladas com visitas.
15- Extinção da distinção entre docente permanente e docente colaborador	A separação dessas categorias fazem pouco sentido para o atual estágio de desenvolvimento da pós-graduação.
16- Mudanças do sistema Qualis	Elaborar o “qualis” mais unificado, por grandes áreas. Da forma como está cada Área faz da sua forma. Há presença de muitas revistas predatórias no sistema.





REFERÊNCIAS

BARATA, R. B. **A ABRASCO e a pós-graduação stricto sensu em Saúde Coletiva**. In: LIMA, N. T.; SANTANA, J. P.; PAIVA, C. H. A. (Eds.) *Saúde Coletiva: a ABRASCO em 35 anos de história*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Abrasco, 2015.

BARATA, Rita de Cássia Barradas. **Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis**. RBPG, Brasília, v. 13, n. 30, p. 13 - 40, jan./abr. 2016.

CAPES. **Portaria 59, de 21 de março de 2017. Regulamento da Avaliação Quadrienal 2017**. Brasília, 2017.

CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Mestres e Doutores 2015**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://rhcti.cgee.org.br>



OBRIGADO !!!